

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

[www.eco.unicamp.br/cesit](http://www.eco.unicamp.br/cesit)

E-mail: [cesit@eco.unicamp.br](mailto:cesit@eco.unicamp.br)

**CADERNOS DO CESIT**

(Texto para discussão n. 17)

**GLOBALIZAÇÃO, CONCORRÊNCIA E TRABALHO**

Jorge Eduardo Levi Mattoso\*  
Marcio Pochmann\*

Campinas, novembro de 1995

---

\* Professores do Instituto de Economia, e respectivamente, Diretores Executivo e Adjunto do CESIT.

# Globalização, concorrência e trabalho.<sup>1</sup>

Jorge Mattoso e Marcio Pochmann<sup>2</sup>

## Introdução

Este trabalho busca analisar as formas do processo de reestruturação das empresas e de ampliação da competitividade de seus produtos em um marco de globalização e de acirramento da concorrência, considerando seus efeitos sobre o mundo do trabalho.

A reestruturação das empresas nos países capitalistas avançados tem buscado a maior flexibilização do uso do capital e trabalho, tendo por meta a redução de custos, da ociosidade e dos riscos ampliados pela instabilidade financeira e dos mercados. Se por um lado esta flexibilização pode ser entendida como funcional à emergência deste novo paradigma tecnológico e produtivo, por outro lado, é resultado do processo de concorrência desregulada promovida pela forma desta *modernização conservadora*. Com a redução do papel regulador das políticas públicas e de mecanismos setoriais e nacionais negociados, seus efeitos sobre o mundo do trabalho (maior heterogeneidade, desemprego, jornada de trabalho e desigualdade social) tem-se avolumado.

No Brasil, este processo realizou-se até recentemente de forma defensiva e parcial, mostrando novamente quão lenta e difícil pode ser a inserção econômica de um país com as dimensões e características estruturais do Brasil sob novos paradigmas que emergem com a terceira revolução industrial. Esta situação, relativamente única na América Latina, também indica o potencial desagregador que a ausência de um projeto nacional, capaz de inserir negociada e ativamente a economia e a sociedade brasileira nas transformações estruturais em curso no mundo, poderá ter sobre o mercado de trabalho e a sociedade brasileira.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado ao Encontro da ABET, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, SP., 1995.

<sup>2</sup> Jorge Eduardo Levi Mattoso e Marcio Pochmann são professores do Instituto de Economia da UNICAMP, pesquisadores e, respectivamente, Diretores Executivo e Adjunto do CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da UNICAMP. CESIT/IE.

## Concorrência desregulada e mercado de trabalho

As crescentemente elevadas taxas de desemprego como componentes de um conjunto de inseguranças do mundo do trabalho (Mattoso 1995) parecem ter vindo para ficar. Estudos da OCDE mostram que, no médio prazo, mesmo na hipótese de um rápido retorno ao crescimento sustentado e durável, a taxa de desemprego europeia no ano 2.000 encontrar-se-ia próxima dos 10% (OCDE 1994a e 1994b). Nos EUA, embora com taxas de desemprego ainda relativamente menores, o emprego gerado é acompanhado da baixa produtividade e qualificação, redução dos salários, crescimento do emprego parcial e de tempo determinado, ademais da elevação da jornada de trabalho (Rifkin 1995, Mishel e Frankel 1991, Mishel e Bernstein 1992 e Schor 1991.).

Vários trabalhos efetuam comparações entre o desempenho da Europa e dos EUA e, sob o argumento do realismo (dado o fracasso das políticas concertadas de crescimento), consideram impossível a intervenção de políticas econômicas e dedicam-se ao estudo das variáveis endógenas e das políticas voltadas ao mercado de trabalho. *Grosso modo* os trabalhos da OCDE tendem a reduzir as políticas e margens de ação disponíveis à “melhora do funcionamento do mercado de trabalho e, mais particularmente de sua flexibilização” considerando que a única escolha é entre empregos ou salários ou entre flexibilidade e rigidez (Freyssinet 1995). Também, mantendo-se nos estreitos marcos do mercado de trabalho há quem considere que as atuais formulações tendem a “uma certa convergência dos dois tipos de políticas” (Camargo 1994).

No entanto, o enfrentamento dos problemas que afetam o mundo do trabalho (desemprego, precarização, reduções salariais, elevação da jornada de trabalho) dificilmente poderá ser realizado através de políticas limitadas ao mercado de trabalho, sejam elas de maior ou menor desregulamentação. Mesmo políticas como a redução da jornada de trabalho e apoio ao desenvolvimento de novas formas de ocupação e trabalho (*terceiro setor, non-profit sector, etc.*) (Rifkin 1995, Gorz 1988 e 1993) só poderão assegurar efeitos duradouros sobre o mercado de trabalho e as sociedades contemporâneas se forem acompanhadas de políticas públicas (não necessariamente estatais) reguladoras, em um contexto de crescimento econômico menos medíocre.

Os problemas do mercado de trabalho são resultantes da emergência da Terceira Revolução Industrial sob a forma de uma *modernização conservadora* (Tavares 1992) e são exacerbados pela ausência de uma “máquina global de crescimento”, papel desempenhado pelos EUA após a Segunda Guerra Mundial, e pelas dificuldades que a obsolescência dos organismos

econômicos internacionais e a ausência de coordenação entre os principais países avançados impõe ao crescimento e à estabilidade da economia mundial (Marshall 1994).

Trataram-se na verdade de intensas transformações da ordem econômica mundial, das formas organizadas e das estruturas que sustentaram o capitalismo do pós-guerra, com as economias nacionais articuladas em torno de um Estado regulador e voltado ao bem-estar social ou de um Estado desenvolvimentista. Ao capitalismo organizado do pós-guerra, sobreveio sua desarticulação e ruptura. A acentuada concorrência internacional, a debilidade da capacidade de decisão dos Estados e a intensa desregulamentação do capitalismo neste fim do século XX tem levado a economia mundial em direção à uma crescente desordem.

Este movimento de *modernização conservadora* resultou em mudanças estruturais, tecnológicas, produtivas e organizacionais em meio ao colapso da velha ordem econômica internacional e das instituições que articulavam os diferentes Estados e interesses nacionais. Estas transformações da estrutura do capitalismo também favoreceram a maior instabilidade econômica, a ampliação, inusitada para os padrões do capitalismo do século XX, das inseguranças do mundo do trabalho (Mattoso 1995) e da *financeirização* com crescente dependência de fluxos internacionais de capitais, agora ainda mais voláteis e atomizados (Braga 1991 e Guttman 1995).

Ao centrar a ação pública na desregulamentação do mercado de trabalho e na redução dos custos do trabalho aceitam-se que estas outras questões são variáveis exógenas sobre as quais as políticas econômicas deveriam abster-se de agir. A globalização produtiva e financeira (Chesnais 1993) em meio ao acirramento da concorrência desregulada favoreceria o abandono da ação pública, seja na normatização das relações econômicas individuais, setoriais, nacionais ou internacionais. A internacionalização dos mercados de bens e serviços tornaria peça central a concorrência de preços e a internacionalização dos mercados financeiros e de capitais exigiria cada vez maior credibilidade junto aos mercados, ou seja, políticas ortodoxas generalizadas e duráveis de taxas de câmbio, juros e finanças públicas (Freyssinet 1995). Desta maneira, o acirramento da concorrência desregulada entre indivíduos, empresas e nações ou blocos econômicos tenderia a tornar as políticas de desregulamentação do mercado de trabalho, notadamente aquelas voltadas ao controle e redução dos custos salariais, a variável de ajuste fundamental.

Indubitavelmente vivenciamos mudanças profundas na ordem internacional em meio à transformações estruturais generalizadas e que efetivamente resultam em um acentuado processo

de internacionalização e de mudanças nos paradigmas tecnológicos e organizacionais até hoje dominantes.

A reestruturação do capital realizada em um quadro geral de globalização financeira, instabilidade econômica e de emergência de uma nova onda de inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais rompeu com o prevalecente padrão de concorrência e com os instrumentos e mecanismos nacionais e internacionais que o regulava.

No entanto, mantidas a concorrência e a competitividade aí geradas enquanto um atributo exclusivo das empresas, estas inevitavelmente tendem a uma concorrência crescentemente predatória,<sup>3</sup> sendo cada vez mais internalizadas as inovações tecnológicas e organizacionais e externalizados seus efeitos deletérios. Assim, por um lado, retira-se dos estados nacionais a capacidade de efetivar políticas macroeconômicas voltadas ao pleno emprego e políticas sociais capazes de favorecer a distribuição da renda. Por outro lado, é ao nível dos estados nacionais onde plasmam-se os efeitos perversos da busca de maior competitividade por parte das empresas. Paralelamente às inseguranças do mundo do trabalho (com ampliação do desemprego, da heterogeneidade do mercado de trabalho e da desigualdade), dificulta-se a expansão do crescimento sustentado e durável e acentuam-se as inseguranças de sociedades cuja sociabilidade esteve baseada no trabalho e ressurgem posições xenófobas e nacionalistas cujo potencial de barbárie já assistimos no século XX.<sup>4</sup>

Para evitar, se ainda possível, o aprofundamento destas tendências torna-se cada vez mais premente a efetivação de negociações e políticas setoriais, nacionais e internacionais capazes de assegurar que a competitividade não se faça sobre a base de redução de salários e ampliação do desemprego, da precarização, da jornada de trabalho e da desigualdade social. Neste sentido, é importante o reconhecimento dos fatores sistêmicos ou nacionais da competitividade (Coutinho e Ferraz 1993 e Possas 1995), mas são também imprescindíveis tanto políticas setoriais, compatíveis com a busca de uma maior competitividade de *alta-performance* (Marshall 1994) e de desencorajamento daquela alternativa competitiva espúria, quanto internacionais, capazes de assegurar maior crescimento global e redução das incertezas econômicas e financeiras mundiais.

---

<sup>3</sup> Não sem razão cada vez “in more and more countries the news is filled with talk about lean production, re-engineering, total quality management, post-fordism, decruiting and downsizing.” (Rifkin 1995, pg. 5)

<sup>4</sup> Diferentes autores conservadores vem mostrando sensibilidades para estes problemas e tem apontado distintas tendências possíveis, se mantidas as presentes condições, para os países industrializados avançados: “brasilianização”, “balcanização”, “americanização” ou “fascistização”. A este respeito ver Brimelow, P. e Lind,

No passado, a concorrência desregulada em um mercado livre e auto-regulável conduziu os países industrializados a agravadas crises econômicas, violentos conflitos sociais e a guerras mundiais. Para atingir uma competitividade minimamente regulada capaz de fazer frente à “mercantilização da vida” e à “subordinação das relações sociais ao mercado”, verdadeira “ameaça para os componentes humano e natural do tecido social” (Polanyi 1980) torna-se indispensável outro tipo de consenso que não o de Washington. Trata-se efetivamente da necessidade de constituir-se democraticamente acordos setoriais e nacionais<sup>5</sup> capazes de apoiar as políticas e estratégias necessárias a efetivação daquela opção, enquanto não se constitui um maior e mais difícil consenso internacional.

No entanto, as propostas predominantes da OCDE e de outros organismos internacionais e europeus continuam considerando o enfrentamento dos problemas do mundo do trabalho dos países centrais através de políticas desregulamentadoras para o mercado de trabalho, embora estas tenham deslocado seu eixo central para o custo do trabalho e a diversificação das jornadas de trabalho.<sup>6</sup>

Na América Latina, o processo de abertura e liberalização dos mercados iniciado ainda nos anos 80 sob inspiração dos organismos financeiros internacionais, conjuntamente com os processos de integração econômica e comercial de caráter multilateral, favoreceram à busca de harmonização das políticas para o mercado de trabalho (OIT 1995). Entretanto, na maioria dos casos trataram-se também de políticas voltadas à flexibilização de um mercado de trabalho já bastante flexível e heterogêneo ou a simples harmonização *por baixo*, ou seja, tomando-se como parâmetros os países de menores salários, produtividade, participação sindical, etc.

No Brasil, apenas a partir do governo Collor iniciou-se uma reestruturação defensiva das empresas (Bielschowsky 1993) tendo como pano de fundo uma abertura comercial açodada em meio à forte recessão instalada nos primeiros anos da década de 90. Com a retomada da política de subordinação passiva pelo atual governo (com abertura indiscriminada, valorização cambial e

---

M. na FSP, 16.07.1995 ou Luttwak, E. N. em entrevista às *páginas amarelas* da revista VEJA, ano 28, n. 24, 14.06.1995.

<sup>5</sup> As câmaras setoriais brasileiras do início da década de 90 (Guimarães 1994, Keller 1995 e Cardoso e Comin 1994), a manutenção das negociações setoriais e nacionais na Alemanha (Golthorpe e Lembruch 1988) ou as recentes negociações articuladas nas empresas, setorial e nacionalmente na África do Sul de Mandela (Webster 1995a, 1995b) são exemplos de possibilidades de formação deste consenso democrático.

<sup>6</sup> A flexibilização das formas de trabalho continuam preconizadas, embora cada vez mais *pro forma*, pois além de terem avançado bastante nesta direção durante os últimos dez anos, seus resultados em termos de geração de empregos foram no mínimo pífios ainda que importantes no processo de precarização do emprego existente e das relações de trabalho. Freyssinet 1995.

dependência de capitais de curto prazo) e na ausência de tentativas de acordos setoriais ou nacionais<sup>7</sup>, os empresários continuam o processo de reestruturação iniciado no início da década.

No entanto, como em outros países, lideranças empresariais têm também acentuado a discussão sobre o chamado “Custo Brasil”, considerado sobretudo através dos encargos (sociais e outros) incidentes sobre a folha de pagamentos das empresas e da política tributária.<sup>8</sup> Estudos da OIT demonstram que o problema dos países latino-americanos não se encontra no custo do trabalho, senão nos baixos níveis de produtividade. (OIT 1994) Para o Brasil e o MERCOSUL trabalhos recentes indicam menor importância dos custos do trabalho na competitividade do que a alegada por empresários e governo, (Pochmann 1994 e CESIT 1995) ao mesmo tempo em que o mercado de trabalho permanece com suas características básicas: alta rotatividade da mão de obra, postos de trabalho pouco produtivos, baixos salários e trabalhadores pouco qualificados.

## II. A reestruturação capitalista e o emprego

Tendo em vista que no passado durante a primeira e segunda revoluções industriais e tecnológicas também ocorreram processos de reestruturação das empresas, convém destacar as suas diferenças em relação à fase atual. No final do século XVIII e início do XIX, observou-se a maturação da primeira revolução industrial que tinha na Inglaterra o centro irradiador das novas técnicas, produtos, equipamentos, organização da produção e gestão dos recursos humanos.

As transformações na base técnica e produtiva eram relativamente simples, embora o padrão de uso e remuneração da força de trabalho sofresse profundas alterações, concentradas fundamentalmente no setor secundário da economia. No setor primário, as mudanças foram ocasionadas por outros fatores, como as alterações na estrutura fundiária e as políticas de abertura comercial, que estimularam a queda da renda agrícola e a aceleração da proletarização de grandes massas de camponeses (Dobb 1980 e Hobsbawm 1981). Com o excedente de mão-de-

---

<sup>7</sup> O atual governo, pelo contrário, tem-se pautado por uma política *a la* Thatcher-Reagan dos anos 80, ou seja: ao mesmo tempo em que tenta eliminar proteções legais ao trabalho e à produção nacional busca fragmentar e enfraquecer os sindicatos e quaisquer segmentos organizados da sociedade capazes de fazer frente à subordinação passiva e ao mercado auto-regulável.

<sup>8</sup> É verdade que embora ignorando os problemas referentes à miséria e à desigualdade social que atingem a competitividade, setores mais “modernos” do empresariado estão atentos para outros fatores “sistêmicos” da competitividade e, portanto externos às empresas, como a infra-estrutura, comércio exterior, educação, etc. No

obra, a difusão do padrão de uso e remuneração da força de trabalho na indústria foi caracterizado por extensas jornadas de trabalho, contratos individuais e de adesão, uso intensivo do trabalho feminino e infantil, e baixos salários, entre outros.

Nas últimas décadas do século XIX emergiu a segunda revolução industrial e tecnológica, tendo não apenas a Inglaterra, mas a Alemanha e os Estados Unidos, como centros geradores das novas técnicas, produtos, equipamentos, organização da produção e da gestão de recursos humanos. Este processo, de maior complexidade tecnológica e produtiva, exigiu uma maior concentração de capitais e favoreceu a internacionalização das grandes empresas.

No campo, o progresso técnico ampliou a expulsão da população rural, ao mesmo tempo em que os setores da indústria e dos serviços geraram muitos empregos, insuficientes, no entanto, para assegurar a plena absorção da oferta de mão-de-obra.<sup>9</sup> A desocupação e os fortes contrastes sócio-econômicos transformaram-se nas características marcantes das sociedades industrializadas do século passado e início do século XX.<sup>10</sup>

**Tabela 01**  
Estrutura ocupacional em países e anos selecionados (em % do emprego total)

País	Agricultura				Indústria				Serviços			
	1870	1920	1960	1993	1870	1920	1960	1993	1870	1920	1960	1993
Alemanha	49,5	33,5	13,8	3,0	28,7	38,9	48,2	37,0	21,8	27,6	38,0	60,0
EUA	50,0	28,9	8,0	2,7	24,4	32,9	32,3	24,1	25,6	38,2	59,7	73,2
França	49,2	43,6	21,4	5,1	27,8	29,7	36,2	27,7	23,0	26,7	42,4	67,2
Inglaterra	22,7	14,2	4,1	2,2	42,3	42,2	47,8	26,2	35,0	43,6	48,1	71,6
Japão	72,6	56,4	30,2	5,9	-	19,6	28,5	34,3	-	24,0	41,3	59,8

Fonte: OCDE, Quarterly Labour Force Statistics, vários anos; Maddison 1984; Mattoso 1995.

---

entanto, na *mídia* nacional o *Custo Brasil* tem sido quase sempre identificado com o a redução dos custos salariais dos impostos.

<sup>9</sup> A continuidade da queda da participação relativa do setor agrícola no emprego total foi inicialmente acompanhada da expansão da participação relativa da ocupação nos setores industrial e serviços. A indústria, contudo, tendeu a desacelerar o incremento na participação dos empregos totais já nos anos quarenta e cinquenta.

<sup>10</sup> A migração de parte da população do velho continente europeu para o chamado novo mundo não deixou de ser uma alternativa perversa, decorrente do funcionamento desregulado do mercado de trabalho e das péssimas condições de vida.

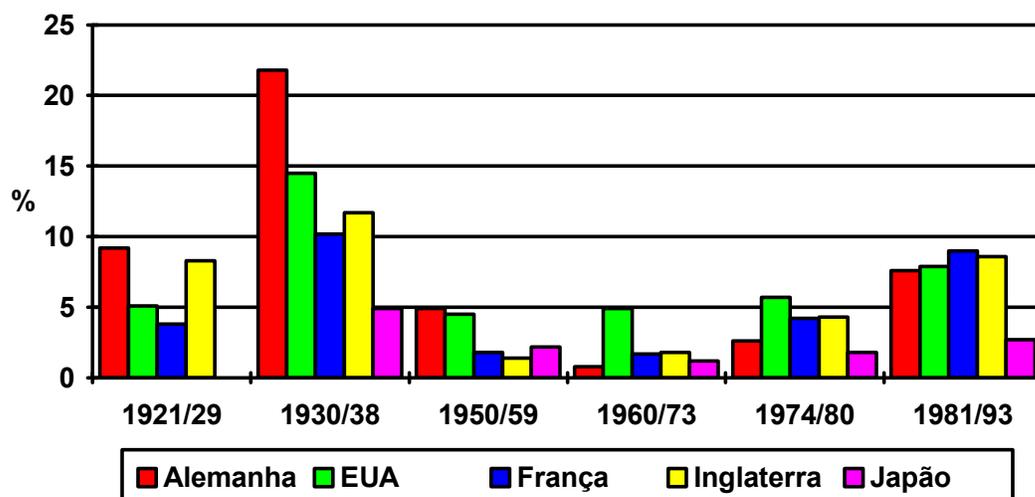
No período inicial da segunda revolução industrial as políticas do trabalho e de garantia de renda se mostraram relativamente limitadas e pouco eficazes para o enfrentamento dos problemas do livre mercado de trabalho (Offe 1989; Pochmann 1995). Mesmo com a expansão industrial, com a reorganização da grande empresa e a com a generalização dos sindicatos gerais, permanecia praticamente intacto o modo de vida cultural, econômico e político das classes trabalhadoras, marcado por fortes movimentos de antagonismo social.

Entretanto, com a consolidação da Revolução Russa em 1917, a criação da Organização Internacional do Trabalho em 1919, o agravamento da crise econômica no final dos anos vinte e a nova conformação política contrária ao liberalismo do século XIX em vários países, foram sendo forçadas medidas inovadoras no campo da regulação pública voltadas para o pleno emprego, a estabilidade monetária e a melhor distribuição da renda (Beveridge 1944 e Keynes 1987). O avanço na organização dos trabalhadores dos países capitalistas avançados também contribuiu para o enfrentamento dos problemas do mercado de trabalho através de políticas macroeconômicas e específicas.

No cenário internacional de reconstrução produtiva do pós-guerra, que contou com a presença ativa de regras de concorrência assistidas pelos organismos multilaterais (BIRD, FMI, OIT e GATT), as principais economias capitalistas viveram os seus *anos de ouro*. A rápida expansão das economias, com quase pleno emprego e menor desigualdade social, conformou o pano de fundo da estabilidade, fruto da operacionalização de políticas macroeconômicas e de políticas de regulação do mercado de trabalho.

O reconhecimento dos sindicatos, a generalização dos contratos coletivos de trabalho, a definição do salário mínimo, o aumento do emprego nos setores público e privado viabilizaram a maior participação das classes trabalhadoras nos resultados do crescimento econômico. A limitação no grau de autonomia das empresas e na flexibilidade quantitativa do mercado de trabalho resultaram na alteração do padrão de uso e remuneração da força de trabalho. Por consequência, o mercado de trabalho tornou-se menos heterogêneo, com pouca diferenciação salarial, baixo desemprego e maior estabilidade nos contratos de trabalho.

**Gráfico 01 - Taxas de desemprego em países e anos selecionados**  
(em porcentagem da população ativa total)



Fonte: Maddison 1980; OCDE

Nos anos setenta, contudo, com o agravamento da crise econômica nos principais países capitalistas, os organismos multilaterais internacionais tornaram-se incapazes de coordenar políticas macroeconômicas entre os vários países. A partir de então, o acirramento da concorrência e o processo de reestruturação das empresas revelaram importantes transformações, consideradas como parte de uma nova revolução industrial. Uma nova onda de progresso técnico teve início, ao mesmo tempo que o processo de *modernização conservadora* passou a questionar e alterar bruscamente as medidas reguladoras da economia em geral e do mercado de trabalho em especial.

O Estado, ademais da redução de sua capacidade para promover políticas macroeconômicas de crescimento e pleno emprego, vê ampliada a possibilidade de reduzir o efetivo dos seus ocupados por força das políticas neoliberais de desregulação e redução do gasto público. O problema do desemprego tem sua dimensão estrutural ainda mais acentuada, apesar de o emprego público ainda não ter dado mostras de forte redução relativa na estrutura ocupacional.

A terceira revolução industrial e tecnológica está ainda em sua fase inicial e encontra-se incompleta no que tange às transformações de suas bases energética e de transportes. Ela mostra-se menos abrangente que a anterior revolução industrial, embora seus efeitos já sejam amplos para todos os setores de atividade econômica, inclusive os serviços. O progresso técnico

não alcança somente os novos campos da atividade econômica como a biotecnologia, a informática e a automação industrial, mas tem-se difundido amplamente, com investimentos racionalizadores na produção e no emprego em setores mais tradicionais.

O setor primário da economia deixa de ter participação ocupacional significativa. A indústria, além de seguir reduzindo sua participação relativa no emprego total, tem registrado em vários países diminuição absoluta do contingente de trabalhadores empregados. O setor de serviços, apesar de ampliar a sua participação na estrutura ocupacional, mostra-se incapaz de ampliar os postos de trabalho proporcionalmente à queda nos outros setores devido aos efeitos racionalizadores das novas tecnologias, que também passam a atingi-lo fortemente.

**Tabela 2**  
**Empregos na indústria de transformação em países e anos selecionados**

Países	1954		1970		1991	
	Absoluto (milhões)	Relativo (%)**	Absoluto (milhões)	Relativo (%)**	Absoluto (milhões)	Relativo (%)**
<b>Alemanha *</b>	8,39	31,9	9,55	36,6	9,26	30,8
<b>EUA</b>	21,63	31,9	19,37	27,3	20,43	17,5
<b>França</b>	5,00	25,5	5,68	27,9	4,63	20,6
<b>Inglaterra</b>	8,09	33,3	8,46	34,7	7,24	27,5
<b>Japão</b>	7,38	18,2	13,77	27,0	15,50	24,3

Fonte: OCDE, *Labour Force Statistics* e OIT, *Anuário de Estadísticas del Trabajo*, vários anos.

\* Refere-se à República Federal da Alemanha; \*\* Porcentagem da população ocupada

As transformações na evolução e composição do emprego têm sido acompanhadas de alterações significativas no padrão de uso e remuneração da força de trabalho. O avanço da desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas.

Do ponto de vista do pensamento econômico dominante, a flexibilização tem sido considerada associada à reestruturação das empresas e colocada com uma das exigências necessárias à elevação da produtividade e à reversão da crise que persegue as economias. No entanto, as empresas tenderam não somente a constituir uma estratégia de flexibilização qualitativa, interna à empresa e funcional à automação integrada flexível e aos novos parâmetros produtivos e tecnológicos difundidos pela terceira revolução industrial. Dada a forma desregulada da concorrência, as empresas também acentuaram a flexibilidade numérica ou

externa cujos efeitos sobre o mercado de trabalho manifestaram-se de maneira perversa, sendo o desemprego apenas um dos fenômenos que mais atingem as sociedades contemporâneas.

No quadro 01, destacam-se diferentes características da estratégia de reestruturação capitalista: (i) conduta empresarial, (ii) investimento em tecnologia, (iii) novas relações de produção, (iv) novas formas de gestão dos recursos humanos e (v) mudanças no sistema de relações de trabalho<sup>11</sup>.

Quadro 01  
Características da atual estratégia de reestruturação capitalista

Características	Conteúdo	Efeitos	
		Emprego	Outros
<b>Conduta empresarial</b>	Desverticalização da produção, focalização em atividades competitivas e lançamento de novos e diversificados produtos	Redução do emprego direto e maior subcontratação de trabalhadores	Produtividade aumenta
<b>Investimentos em tecnologia</b>	Mudança da base técnica de produção	Reduz o emprego direto na produção	Produtividade e qualidade aumentam
<b>Novas relações de produção</b>	Alteração da organização da produção ( <i>just in time, lay out</i> , logística, redução do tamanho da planta, terceirização e parcerias com fornecedores)	Redução do emprego no controle de qualidade, na manutenção, na administração e controle de estoques, entre outros	Rapidez nas decisões sobre o que e quanto produzir
<b>Novas formas de gestão dos recursos humanos</b>	Alteração da organização interna do trabalho, com redução de hierarquia, trabalho em <i>ilhas</i> , trabalho mais qualificado no núcleo estável e pouco qualificado nas atividades secundárias	Redução do emprego nos segmentos administrativos e de supervisão	Maior treinamento dos empregados, eventual estabilidade e alteração na jornada no trabalho, informalização do trabalho nos postos secundários
<b>Mudanças no sistema de relações de trabalho</b>	Formas participativas nas decisões empresariais, com incentivos monetários de acordo com meta de produção, negociação descentralizada para o núcleo estável dos empregados, tendo a remuneração nos postos secundários a referência no salário mínimo e a perda de vantagens sociais.	Redução do emprego regular nas atividades secundárias (segurança, alimentação, transporte, limpeza, entre outras)	Maior disciplina e eficiência no trabalho, com crescimento do espírito de corpo dos funcionários

<sup>11</sup> Sobre a estratégia de reestruturação capitalista no ver Freeman et alii 1982 e Abranches et alii 1994.

As principais características do processo de reestruturação capitalista, identificado pelo quadro anterior, estão diretamente relacionadas aos ganhos de produtividade e de competitividade e à redução do emprego. De um lado, segmentos ocupacionais tradicionais são eliminados por força dos investimentos em novas tecnologias, na racionalização das técnicas de produção e em novas formas de gestão dos recursos humanos.

De outro lado, os empregos que permanecem ou são criados, também podem sofrer os efeitos que a continuidade dos ganhos de produtividade, da qualidade dos produtos e da maior competitividade tendem a manter e ampliar. Em outras palavras, a “necessidade” de sucessivos ganhos de produtividade, imposta pela concorrência desregulada, leva a novos e freqüentes programas de redimensionamento dos empregos nas empresas. Não sem razão, a cada ano surgem novos programas de *qualidade total*, *reengenharia*, *downsizing*, etc.

Quadro 02  
Reestruturação capitalista e efeitos sobre o mundo do trabalho

Efeitos	Conteúdo
<b>Declínio do trabalho na produção</b>	A agricultura com o mínimo de ocupados, a indústria perde participação absoluta e relativa no emprego total, enquanto os serviços privados reduzem seus empregados devido aos investimentos em tecnologia, que são racionalizadores de mão-de-obra. O emprego público é comprimido pelas políticas neoliberais.
<b>Modificação na natureza do trabalho</b>	Drástica redução nas atividades manuais tradicionais e expansão do emprego com múltiplas especializações funcionais.
<b>Modificação no significado do trabalho</b>	As habilidades tornam-se rapidamente obsoletas, cresce o individualismo e diminuem os laços de solidariedade entre os empregados e os sem trabalho.
<b>Modificação no conteúdo do trabalho</b>	Torna-se cada vez maior a contradição do trabalho enquanto meio de satisfação das necessidades sociais coletivas e meio de subsistência individual. Aumento do <i>terceiro setor</i> , <i>non profit sector</i> etc.
<b>Mudança no mercado de trabalho (insegurança no trabalho, no emprego e na renda)</b>	Crescem os requisitos de qualificação na contratação, redução do emprego estável, emprego para poucos, maior desemprego e subemprego, ocupações atípicas, individualização do salário e associação às metas de produção e vendas.
<b>Mudança nas relações de trabalho</b>	Movimento de descentralização das negociações coletivas e insegurança na representação sindical, com queda na taxa de sindicalização e nas greves.

O declínio do trabalho na produção e a expansão da participação relativa das ocupações no setor de serviços seguem com maior intensidade uma tendência iniciada com a segunda revolução industrial e tecnológica. No entanto, sob a forma da *modernização conservadora*, são mais intensas as modificações na natureza, no significado e no conteúdo do trabalho, além das alterações nas relações de trabalho.

### **III. Abertura Comercial, reestruturação das empresas e emprego no Brasil**

Quase oitenta anos foram necessários para que o Brasil incorporasse plenamente o padrão de industrialização da segunda revolução industrial e tecnológica.<sup>12</sup> Este atraso veio acompanhado de breves períodos democráticos e de grave herança social. O Estado nacional que teve papel preponderante no esforço pela industrialização, manteve um padrão de intervenção social de escassos resultados compensatórios e distributivos.

O Brasil, embora registrasse elevadas taxas de crescimento econômico no pós-guerra, na maior parte dos anos 60 e 70 esteve sob uma ditadura que favoreceu a preservação da heterogeneidade do mercado de trabalho e de relações de trabalho anti-democráticas. O sistema corporativo de relações de trabalho não permitiu a livre contratação coletiva e manteve o sindicato fora das empresas sem capacidade de negociar com os empregadores os salários, as condições de emprego e a gestão dos recursos humanos.

No entanto, o processo de industrialização acentuou-se e foram constituídas as bases sociais de um renovado sindicalismo que irá ressurgir no final dos anos 70. Entre 1940 e 1980, o emprego assalariado com carteira cresceu 2,2 vezes mais que o assalariamento sem carteira e 3,3 vezes superior à ocupação por conta própria. (DIEESE 1994 e Mendonça 1995).

Com o agravamento da crise da dívida e do padrão de desenvolvimento nacional a partir dos anos 80 até mesmo este quadro de crescimento do emprego foi alterado. No âmbito mais geral do mercado de trabalho, a permanência da situação de baixas taxas de crescimento nas atividades econômicas no pós-1980 tem sido extremamente desfavorável aos trabalhadores.

---

<sup>12</sup> Sobre as dificuldades de engajamento da economia brasileira nas revoluções industriais e tecnológicas ver: Cardoso de Mello 1992; Cano 1993.

Nesse período, o emprego assalariado com carteira cresce em proporção menor que o assalariamento sem carteira e a ocupação por conta própria.

Os estudos mais recentes sobre o comportamento do mercado de trabalho no Brasil indicam a permanência de altas taxas de desemprego e subemprego, não obstante os índices de crescimento da economia nos últimos anos<sup>13</sup>. Ao contrário da expansão verificada em 1984-86 que recuperou o nível de emprego anterior, a retomada econômica em -1993, após a abertura comercial abrupta e indiscriminada dos anos anteriores realiza-se sem o retorno ao anterior patamar de emprego.

A partir dos anos 80, paralelamente à emergência de um novo paradigma produtivo nos países capitalistas avançados, a economia brasileira estiolava e não conseguia articular as forças sociais indispensáveis à constituição de um novo padrão de desenvolvimento. Frente à ausência de um projeto nacional capaz também de reinserir ativamente a economia e a sociedade no processo de transformação internacional em curso, diferentes formas de ajustes foram implementadas pelas empresas que operam no país.

No centro do capitalismo mundial, o processo de reestruturação econômica tem seguido certos procedimentos decisórios. Os investimentos em tecnologia são de grande escala e acompanhados paralela ou seqüencialmente pela reorganização da produção, pela mudança no padrão de gestão dos recursos humanos e pelas alterações na conduta empresarial e no sistema de relações de trabalho.

Dada a acentuada concorrência, a grande empresa internacionalizada tende a passar por forte movimento de concentração e centralização de capital, visando agilizar e potencializar os recursos necessários para a implementação de todas as etapas do processo de reestruturação, sobretudo no que diz respeito à pesquisa e desenvolvimento. Para isso, a decisão empresarial leva em consideração não apenas as possibilidades de retorno dos recursos investidos nas operações produtivas (taxa de lucro e ações em bolsas de valores), mas os comportamentos do câmbio (variação dos valores internacionais das moedas fortes) e dos juros (variação dos ativos financeiros).

---

<sup>13</sup> Sobre o comportamento recente do mercado de trabalho ver Baltar & Henrique 1994, Cacciamali 1993; DIEESE 1994 e Pochmann 1995.

Durante os anos oitenta, a adoção de programas de ajustes econômicos claramente recessivos (1981-83) e a convivência com altas taxas de inflação fizeram com que os principais grupos econômicos procurassem manter suas posições patrimoniais e elevar os ganhos financeiro (não operacionais). As estratégias empresariais se concentraram na diversificação das atividades produtivas, dificultando a tomada de decisão favorável aos novos investimentos em tecnologia<sup>14</sup>.

Nos anos noventa, a conduta empresarial terminou sendo alterada. O novo programa de estabilização com recessão, combinado com a abertura econômica açodada do governo Collor, contribuíram para que os principais grupos econômicos concentrassem suas estratégias nas atividades mais competitivas.

Ao invés da diversificação, foram observadas estratégias empresariais voltadas para a desverticalização e focalização das atividade produtivas, a fusão de empresas e participação de bancos nas ações de várias empresas. Desde o início da década, ainda que parcial e restrito, houve um esforço de incorporação das novas técnicas, produtos, equipamentos, organização da produção e gestão de recursos humanos por parte dos grande grupos econômicos.

Quadro 03  
Estímulos à adoção de estratégias de ajuste em grandes empresas  
Brasil pós-1990

<b>Itens</b>	<b>Grande Empresa Nacional</b>	<b>Empresa Transnacional</b>
<b>Recessão</b>	76%	70%
<b>Mercosul</b>	35%	38%
<b>Globalização dos mercados</b>	48%	70%
<b>Liberalização comercial</b>	18%	28%

Fonte: Bielschowsky, 1993

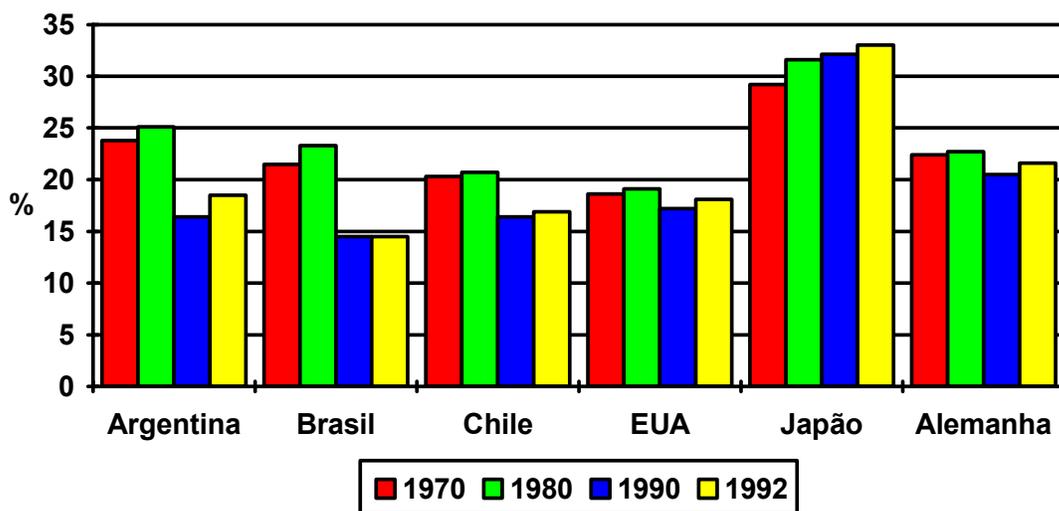
No entanto, as condutas empresariais defensivas tenderam a favorecer o menor investimento em equipamentos de última geração e poucas e restritas garantias de estabilidade

<sup>14</sup> Sobre o movimento dos principais grupos econômicos no Brasil nos anos oitenta e noventa ver Bielschowsky 1993, Coutinho & Ferraz 1993, Miranda 1994, Ruiz 1994, Paula Leite 1994 e Almeida 1988.

formal para a mão-de-obra. De cada três empresas, somente uma tomou a iniciativa de introduzir equipamentos modernos e menos de 10% das empresas possuem garantias formais de estabilidade (Bielschowsky 1993), importantes para qualquer sistema mais participativo, sem comentar o fato de que os ajustes nas empresas que operam no Brasil ocorrem, em geral, sem a negociação com os trabalhadores ou o sindicato (Barbosa de Oliveira & Pochmann 1995). O caráter subordinado e dependente parece predominar na maior parte das decisões empresariais, tendo em vista os investimentos relativamente baixos em tecnologia e a preservação do sistema corporativo de relações de trabalho.

A preservação da crise e a inexistência de um padrão de financiamento para a economia brasileira têm mantido os setores público e privado com baixa capacidade de investimento. Como não se verifica no país o fenômeno do *crowding out*<sup>15</sup>, o enfraquecimento do setor público não é compensado pelo setor privado, que até agora mostrou-se sem condições de conduzir a economia nacional a uma fase de crescimento sustentado. Nos países periféricos, os investimentos do setor público continuam indispensáveis para o desenvolvimento da economia.

Gráfico 2  
Taxa de investimento em proporção do PIB em países e anos selecionados



Fonte: OCDE Economic Outlook e BACEN.

<sup>15</sup> Na economia brasileira, tradicionalmente, o setor público não concorre com o setor privado na absorção e aplicação dos recursos. Na realidade, o setor público tem sido responsável pela ampliação das condições de funcionamento do próprio setor privado.

Vários países da periferia do capitalismo mundial na década de oitenta perderam maior capacidade de investimento como proporção do PIB e pouco conseguiram recuperar nos anos noventa. Já as economias centrais apresentam nos anos noventa taxas de investimento relativamente mais elevadas e em patamares semelhantes aos verificados nas últimas duas décadas.

Os avanços do processo de reestruturação nas grandes empresas que operam no Brasil tenderam a se concentrar nas decisões sobre a reorganização da produção (*just in time*, controle estatístico de processo, *lay out*, logística, entre outros), na gestão dos recursos humanos (terceirização da mão-de-obra, redução de hierarquias funcionais, treinamento de mão-de-obra, incentivos monetários, entre outros) e na conduta empresarial (desverticalização da produção, focalização, lançamento de novos e diversificados produtos, entre outros).

Na realidade, este tipo de reestruturação ocorrida nas grandes empresas brasileiras revela a existência de problemas para a ampla promoção da concentração e centralização de capital, pois há dificuldades para a mobilização de recursos face à ausência de um padrão de financiamento nacional de médio e longo prazos, às altas taxas de juros reais e à fragilidade do setor público. Talvez por isso, as grandes empresas têm concentrado as suas decisões nos procedimentos que exigem menos recursos para o seu financiamento. São estratégias de reestruturação compatíveis com o uso de máquinas e equipamentos da segunda revolução industrial, que combinam práticas modernas com as tradicionais, de demissão de mão-de-obra sem maior compromisso com o empregado, de afastamento do sindicato e de redução do custo do trabalho (Barbosa de Oliveira & Pochmann 1995).

Diante do ainda débil estágio da reestruturação nas empresas, os efeitos diretos e indiretos sobre o emprego e o trabalho no Brasil ocorrem de forma heterogênea, parcial e relativamente restrita. No entanto, setores díspares como o têxtil e o automobilístico (este último sob os efeitos benéficos do Acordo da Câmara Setorial do Complexo Automotivo, entre 1991 e 1993) apresentaram redução no número de empregos, sem alteração substancial no período subsequente de expansão. No setor têxtil entre 1990 e 1993 o nível de emprego caiu 49%,

enquanto na indústria automobilística o emprego reduziu-se, no mesmo período, em cerca de 9%.<sup>16</sup>

Mantidas as formas passivas de inserção econômica nacional preconizadas pelo atual governo e na ausência de mecanismos públicos de regulação (setoriais e nacionais) democraticamente negociados, a plena reestruturação com maior incorporação de máquinas e equipamentos da terceira revolução poderão trazer impactos ainda mais amplos e deletérios do que os até agora observados sobre o mundo do trabalho em geral e o emprego em particular.

---

<sup>16</sup> Para o setor têxtil ver Muniz 1995 e para o setor automobilístico ver Buarque de Holanda Filho 1995.

## Bibliografia

- ABRANCHES, S.** et alii (1994) “O Novo Contexto da Competição Internacional e o posicionamento do Brasil”. FINEP, RJ.
- ALMEIDA, S.** (1988) “Financiamento e desempenho das empresas privadas e estatais” Relatório de Pesquisa, n.3, São Paulo, IESP/FUNDAP
- BALTAR, P. & HENRIQUE, W.** (1994) “Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil”. In: BARBOSA DE OLIVEIRA, C. *et alii.* (orgs.) *O mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta.
- BARBOSA DE OLIVEIRA, C. A. & POCHMANN, M.** (1995) “O mercado de trabalho e a gestão da mão-de-obra na Zona Franca de Manaus”. SUFRAMA/FECAMP/UNICAMP, Relatório de Pesquisa, Campinas, mimeo.
- BEVERIDGE, W.** (1960) *Full employment in a free society*. London: Allen and Unwin.
- BIELSCHOWSKY, R.** (1993) “Adjusting for Survival: Domestic and Foreign Manufacturing Firms in Brazil in the early 1990’s”, *Nota Técnica*, ECIB, Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, MCT, FINEP, PADCT, Santiago do Chile. (Mimeo)
- BRAGA, J. C.** (1991) “A financeirização da riqueza - a macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais”. São Paulo, FUNDAP, agosto.
- BUARQUE DE HOLANDA FILHO, S.** (1995) “O Desempenho da indústria automobilística brasileira num contexto de competição mundial através da inovação”. Tese de Doutorado. FEA-USP. (Mimeo)
- CACCIAMALI, M.C.** (1993) “Assalariamento ilegal no mercado de trabalho urbano na grande São Paulo: características e evolução 1985/92”. São Paulo; USP, mimeo.
- CAMARGO, J. M.** (1994) “Mercado de Trabalho: A crise de dois modelos”, *Textos para Discussão 21*, BNDES, RJ..
- CANO, W.** (1993) *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas: Ed. UNICAMP.
- CARDOSO DE MELLO, J.** (1992) “As implicações do neoliberalismo”. In *Economia e Sociedade*: Instituto de Economia, n. 1, Campinas: UNICAMP.
- CARDOSO, A. M. e COMIN, A. A.** (1994) “Câmaras Setoriais, Modernização Produtiva e Democratização nas Relações de Trabalho no Brasil: A Experiência do Setor Automobilístico”, CEBRAP, SP., 1994 (Mimeo)
- CHESNAIS, F.** (1993) “Globalisation, world oligopoly and some of their implications” in Humbert, M. (Ed.) *The Impact of Globalisation on Europe’s firms and industries*, Pinter Publishers, London.
- COUTINHO, L & FERRAZ, J. C.** (1993) “Estudo sobre a competitividade da indústria brasileira”: Relatório de Pesquisa, Campinas, IE/UNICAMP
- DIEESE** (1994) “O desemprego e as políticas de emprego e renda”. Pesquisa DIEESE, número 10. São Paulo: DIEESE.
- DIEESE** (1995) *Emprego perde qualidade na Grande São Paulo*, Boletim do DIEESE, n. 170, ano XIV, São Paulo.
- DOBB, M.** (1980) *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FREEMAN, C. et alii** (1982) *Unemployment and technical innovation*. London, Frances Pinter.
- FREYSSINET, J.** (1995) “Emploi et Chomage: Peu de resultats, beaucoup de rapports”, *Document de Travail* N° 95.01, IRES, Noisy-Le-Grand, Avril.

- GOLDTHORPE, J. H.** (1988) "Introduction" in Goldthorpe, J. H. (Org.) *Order and Conflict in Contemporary Capitalism*, Oxford University Press.
- GORZ, A.** (1988) *Métamorphoses du Travail - Quête du Sens*, Ed. Galilée, Paris.
- GORZ, A.** (1993) "Batir la civilisation du temps liberée", *Le Monde Diplomatique*, Paris, mars
- GUIMARÃES, I. G. R.** (1994a) "A experiência das Câmaras Setoriais". In Barbosa de Oliveira, et alii, op. cit.
- GUTTMANN, R.** (1994) *How Credit-Money Shapes the Economy*, M. E. Sharpe, NY.
- HOBSBAWM, E.** (1981) *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Zahar.
- KELLER, W. C. DE S.** (1995) "Neocorporativismo e Relações de Trabalho - Considerações sobre a experiência brasileira recente", *Textos para Discussão*, IESP, 23, SP., Março .
- KEYNES, J.M.** (1987) *Las consecuencias económicas de la paz*. Barcelona, Crítica.
- LEMBRUCH, G.** (1988) "Concentration and the structure of Corporatist Networks". In Goldthorpe, J. H. (Org.) *Order and Conflict in Contemporary Capitalism*, Oxford University Press.
- MADDISON, A.** (1980) *Western economic performance ind the 1970's*. In: Banca Nazionale del Lavoro, Quarterly Review, núm. 13, Roma.
- MARSHALL, R.** (1994) "Internationalization: Implications for Workers" *Journal of International Affairs*, 48, n. 1, New York, Summer.
- MATTOSO, J.** (1995) *A Desordem do Trabalho*, Ed. Scritta, São Paulo.
- MENDONÇA, S.** (1995) "Mercado de trabalho e política salarial no Brasil", *In: Indicadores IESP*, n. 42, São Paulo, IESP/FUNDAP
- MIRANDA, J.** (1994) "Reestruturação industrial em contexto macroeconômico instável: a experiência brasileira contemporânea": CEPAL, Santiago do Chile
- MISHEL, L. e BERNSTEIN, J.** (1992) *The State of Working America 1992-1993*, Economic Policy Institute, Washington DC.
- MISHEL, L. e FRANKEL, D. M.** (1991) *The State of Working America*, M.E Sharpe, NY.
- MUNIZ, S.** (1995) "Globalização e Tecnologia: Notas para análise da Indústria Têxtil Brasileira". Escola Politécnica, USP, Junho. (Mimeo).
- OCDE** (1994b) *Perspectives Économiques*, Paris, décembre.
- OCDE.** (1994a) *L'Étude de l'OCDE sur l'emploi*, Paris.
- OFFE, C.** (1989) *Capitalismo desorganizado: transformação do trabalho e da política*. São Paulo, Brasiliense.
- OIT.** (1994) *Panorama Laboral de América Latina y el Caribe*, OIT.
- OIT.** (1995) "Las Dimensiones Laborales de la Integración Económica en América Latina y el Caribe", *Documentos de Trabajo 8*, OIT, Peru, junio.
- PAULA LEITE, M.** (1994) "Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gerar mão-de-obra". In:Barbosa de Oliveira, C. A. et alii (orgs) op. cit.
- POCHMANN, M.** (1994) *Cálculo dos componentes do custo do trabalho nos 10 setores mais importantes da economia dos países do Mercosul*, Campinas, BID, mimeo.
- POCHMANN, M.** (1995) *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança*. São Paulo: LTr Editora.
- POCHMANN, M.** (1995) *O Trabalho em questão: considerações gerais sobre o período recente no Brasil*. In Indicadores Econômicos FEE, vol 23 (1), Porto Alegre: FEE.
- POLANYI, K.** (1980) *A Grande Transformação*, Campus, RJ..

- POSSAS, M. L.** (1995) “Competitividade: Fatores Sistêmicos e Política Industrial”, 2ª versão, IEI e FEA/UFRJ (Mimeo).
- RIFKIN, J.** (1995) *The End of Work*, Tarcher/Putnam, New York.
- ROSEMBERG, N.** (1976) *Perspectives on technology*. Cambridge. Cambridge University Press.
- RUIZ, R.**(1994) *Estratégias empresariais e reestruturação industrial (1980-1982): um estudo de caso de grupos econômicos relacionado*. Campinas, IE/UNICAMP (tese de mestrado).
- SCHOR, J.** (1991) *The Overworked American*, Basic Books, NY.
- TAVARES, M. C.** (1992) “Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora”. *Economia e Sociedade, n. 1*, Campinas, agosto.
- WEBSTER, E.** (1995b) “NEDLAC - Corporatism of a special type ?” In *SA Labour Bulletin*, Vol. 19, N. 2, South Africa, May;
- WEBSTER, E.** (1995c) “The True challenge to tripartite deals is yet to come”, *Business Day*, Johannesburg, 20.07.